



Câmara Municipal

ATA N.º 04/XI/2017

Reunião Ordinária Pública de 22/02/2017

Ao vigésimo segundo dia do mês de Fevereiro do ano dois mil e dezassete, na sala de reuniões do edifício sede da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, pelas vinte e uma horas, reuniu a Câmara Municipal da Moita sob a Presidência do Sr. Presidente, Rui Manuel Marques Garcia, e com a presença dos Srs. Vereadores Manuel Galvoeira Borges, Daniel Vaz Figueiredo, Vice-Presidente, Vivina Maria Semedo Nunes, Vítor Simão Duarte, Miguel Francisco Amoêdo Canudo, João Miguel da Silva Romba, Joaquim Inácio Raminhos Cabaça e Pedro Manuel da Silva Aniceto.

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente, foram discutidos os pontos infra indicados de acordo com a Ordem do Dia, previamente distribuída por todos os membros.

Propostas:

1. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A ATIVIDADES DESPORTIVAS – ATLETISMOITA – NÚCLEO DE ATLETISMO DO PENTEADO16
2. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A ATIVIDADES DESPORTIVAS – ATLETISMOITA – CLUBE DESPORTIVO RECREATIVO RIBEIRINHO.....17
3. FEIRA MENSAL - PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2017 (ISENÇÃO DA TAXA RELATIVA AO MÊS DE JANEIRO).....17

De seguida, o Sr. Presidente deu início ao

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sra. Tânia Bento – Referiu ter tido conhecimento que na última reunião pública a Senhora Vereadora Vivina Nunes terá dito que a Escola José Afonso, em Alhos Vedros, recebeu um Relatório da Inspeção, em que se diz que as reclamações que os Pais efetuaram acerca da Educação, na Escola, não têm razão

de existir. Assim sendo, perguntou se a Sr.^a Vereadora tem o mencionado relatório porque não o possuem e gostaria de saber o que diz.

Sra. Maria Adelaide – Manifestou a falta de infraestruturas no Bairro da Piedade, na Moita: disse não terem água canalizada, esgotos e arruamentos em condições. Mais, referiu já ter escrito para a câmara, já efetuou chamadas telefónicas, mas as mensagens têm sido inconclusivas. Nas últimas obras que lá andaram a fazer, disse, “os trabalhadores deixaram brita grossa solta no chão que impede o passeio a pé ou de bicicleta pois é muito incomodativo (ficam a doer os pés).”

Solicitou ainda ao Sr. Presidente que disponha de meia hora do seu tempo para percorrer o bairro e ver o estado em que estão aquelas ruas.

Sr. Victor Manuel Silva – Expos uma situação que já vem de 2013 e que se prende com o facto de a sua habitação ter muita humidade e necessitar de arranjos. A senhoria diz não ter possibilidades económicas, aditou que já solicitou uma vistoria à Câmara mas o assunto parece não ter desenvolvimento.

Sr. Artur Varandas – “Eu vinha aqui hoje falar um pouco de Democracia, Direitos e Liberdade. Porque eu e a minha esposa estivemos numa reunião de Câmara há seis meses, em Setembro, no Pavilhão dos Bombeiros, na Moita, e o Sr. Presidente emitiu a opinião dele sobre o assunto que levamos lá e referiu algo que para mim eu não concordo, discordo totalmente, que em relação aos pais, a estes pais que aqui estão, que deveriam deixar a educação para quem é certificado pelo Estado, para participar na educação e para ministrar a educação. Eu discordo totalmente porque acho que os Pais têm legítimos direitos de participar na Educação dos filhos. Inclusivamente, está legalmente estabelecido os direitos da criança, do aluno, dos próprios pais e da comunidade educativa. E sou contribuinte, portanto, pago a Escola Pública, pago o Estado Social, portanto acho que tenho todo o direito, quando a minha filha vai para uma Escola Pública e não é tratada nas melhores condições, de exigir os meus direitos como pai. Aquilo que eu quero para a minha filha é o melhor, e o melhor quando a coloco numa escola, naturalmente que é o melhor que eu quero para ela. E quero que a Escola funcione dentro das regras legais estabelecidas por um Estado Democrático de Direito. Eu queria também só referir o seguinte: os Pais reclamaram de facto, em relação sobre o que se passou na escola durante o ano 2015/2016 e nenhuma entidade onde apresentámos reclamações, nos disse que não tínhamos razão.

Exceto duas entidades que é o Provedor de Justiça que ainda não emitiu algum parecer e o Ministério Público onde foram apresentadas duas queixas, que ainda está em fase de inquérito e estão a ser ouvidos intervenientes, portanto, penso que não tenho conhecimento de nenhum despacho nem de arquivamento, nem de acusação. No entanto tenho conhecimento que:- Em relação à queixa que fizemos das instalações insalubres das casas de banho da Escola Primária, o assunto foi resolvido e a IGEC deu-nos razão;, o Sr. Delegado de Saúde também nos deu razão. Em relação à mudança de turma que nós considerámos na altura incorreta da parte da Direção da Escola e da Equipa que fez a constituição de turmas a Sr.^a Diretora, apesar de levar quase três semanas para reintegrar a aluna na turma anterior, deu-nos razão e reintegrou a aluna. Inclusivamente cerca de quinze a dezasseis pais reclamaram connosco em relação à constituição de turmas dos oitavos anos. Este ano, no início do ano letivo foi feita uma turma especificamente com esse número de alunos – 15 a 16 alunos – , dos pais que reclamaram. Ou sejam, tiveram com ordem da DGEsTE, do Doutor António Proença. Portanto, também tiveram razão. Portanto, eu queria só dizer isso. E queria só dizer, para terminar, eu tenho direitos, eu acho como cidadão, tenho direitos e a minha esposa também tem direitos. Tinha direito de participar no Conselho Geral e deixou de participar no Conselho Geral porque nós tivemos que retirar a criança para uma escola num município aqui ao lado. Eu acho isto lamentável, mas pertence ao passado, e os assuntos estão entregues a quem de direito.

Em relação à questão dos direitos e liberdades e democracia, o meu pai no dia 26 de Abril de 1974 estava em Peniche com uma arma na mão (só para que isto fique anotado) a libertar pessoas que durante anos foram perseguidas e maltratadas e lutaram pela liberdade e o avô da minha esposa em mil novecentos e vinte e tal teve na formação do Partido Comunista Português. Há documentos históricos, esteve preso em Peniche durante muitos anos com o Senhor Álvaro Cunhal a quem tratava

por tu. Eu acho que aquilo que se passou tem que ser divulgado. É lamentável aquilo que se passou naquela escola. Qualquer pai fica indignado com uma situação grave, grave, grave. Eu tenho documentos e o Sr. Presidente na altura referiu-se aos Srs. Vereadores para ouvirem os pais, mas para ouvirem também a outra parte, mas o Sr. Presidente nunca nos quis ouvir, nem ver os nossos documentos. Eu estou disponível novamente para mostrar todos os documentos que tenho para analisar. Eu aquilo que falo sou íntegro, eu não quero falar e que acreditam naquilo que eu digo. Eu quero mostrar documentos às entidades para as entidades analisarem o que é que se passou. É só isto que eu tenho a dizer. Só queria terminar dizendo uma coisa: Eu há poucos dias tive conhecimento do simbolismo de uma estátua à entrada da Baixa da Banheira e é o que eu sinto em relação à educação: Eu tive que levar a minha filha para fora do Concelho; aquilo simboliza os emigrantes que foram afetados anos e anos e anos pelo Governo anterior; condições económicas, empresas, falências, austeridade absurda, tudo aquilo que de mau se podia fazer, durante cinco ou seis anos, foi feito neste País e as pessoas tiveram que emigrar e virar as costas ao País, famílias afastadas, e eu acho isso lamentável – que eu dou valor à família. Eu não sou de partido político nenhum; não voto – é um direito que eu tenho, mas não deixo de valorizar a família e valorizar a política parental. É a única que me interessa. Não me interessa nenhuma outra.

Sr. Vereador João Romba – Informou, em relação à questão colocada pelo Sr. Vitor, (o que já lhe tinha explicado em atendimento efetuado pessoalmente) que “ a Câmara Municipal tem competências nesta área para verificar as condições de salubridade e de segurança das referidas habitações e notificar os proprietários ou os causadores das referidas infiltrações – neste caso, o seu caso -, e foi isso que fez. Tem prazos que na altura estavam a decorrer. Eu não sei agora qual o ponto da situação, mas já me disse que estavam em condições. Deduzo que esteja em condições de voltar a notificar e há vários tipos de notificação. Há uma primeira notificação para fazer as obras. A Câmara Municipal notificou as pessoas responsáveis, nomeadamente

Nesta altura o Sr. Vitor interrompeu o Sr. Vereador, e como a comunicação deixou de ser perceptível, o Sr. Presidente da Câmara terminou a mesma passando a palavra à Senhora Vereadora Vivina.

Sra. Vereadora Vivina Nunes - Repetiu, em relação à interpelação que lhe fizeram, aquilo que disse na última reunião pública:

“Estiveram dois munícipes em duas reuniões públicas que colocaram em causa o comportamento ou a ação dos membros da Câmara no Conselho Geral, que funcionava ilegalmente. E o que eu referi, foi que a Escola José Afonso teve uma inspeção da IGEC durante uma semana, e que já foram recebidos os relatórios sobre todo o funcionamento da Escola. Houve o direito de contraditório da Escola que havia uma única anomalia em dez minutos num horário e agora já houve outro Conselho Geral e a informação que tenho e que foi oficiada à Câmara, por solicitação da Câmara, naturalmente, ao agrupamento e enquanto conselheira tenho o direito de ver os documentos, a IGEC, não fez nenhum reparo a nenhum funcionamento da escola. Portanto, estava tudo dentro da legalidade. Foi isto que eu disse aos senhores vereadores, porque realmente foi posta em causa a atitude da Câmara no Conselho Geral compactuava com ilegalidade – isto foi dito, está na ata -, e eu referi que houve uma inspeção à escola e que a escola tem um funcionamento exemplar no relatório da IGEC. Foi isto que eu disse e é isto que eu continuo a dizer, não tenho conhecimento de mais nada. Os outros tipos de reclamações que foram feitos pelos pais, pelos munícipes que são pais, eu respondi na altura e volto a informar, não são da competência da Câmara, devem-no fazer nos Órgãos de direito – junto do Ministério da Educação, junto do Ministério Público, e se estão a decorrer processos, estamos cá todos para depois ler os acórdãos e aquilo que for definido. Agora, dei conta que houve uma inspeção de oito dias à escola e passado tudo a pente fino, e que o relatório não tem qualquer reparo à escola. E eu li o relatório.”

Sr. Vice-Presidente – Referiu o valioso espólio literário possuído pelo Sr. Vitor, o qual foi por este oferecido à Câmara e explicou que por enquanto, a Câmara não tem reunidas as condições para melhor receber e acautelar o mesmo. Assim, logo que as prateleiras que estão a ser terminadas para o efeito estiverem concluídas, e o arquivo estiver remodelado, vão buscar-se as coisas.

O Sr. Presidente – Reforçou as informações prestadas pelo Sr. Vereador João Romba, acerca dos pedidos de Vistorias a habitações “ a partir de determinado ponto, isto trata-se de um processo entre particulares. Trata-se de relações entre particulares – senhorios, inquilinos – seja quem for. E a Câmara tem uma capacidade de intervenção limitada. A Câmara ao fazer uma vistoria dá a quem a pede, um instrumento para fazer obras na sua casa. Dá-lhe esse instrumento, a Câmara não vai fazer as obras, nem tem verdadeiramente capacidade nem recursos para obrigar a que as obras sejam feitas. O mais que pode fazer, quando as coisas se extremam, é autuar a pessoa que não as excuta, por desobediência; que é uma multa, e nada mais, e não obriga efetivamente a pessoa a fazer as obras. Porque, como digo, a partir do ponto em que se chega a estes extremos, só o próprio lesado pode recorrer aos meios judiciais e aos meios legais que tem ao seu dispor, para exigir, por exemplo, que o senhorio, faça as obras devidas. A partir de determinados pontos são processos entre particulares, sobre as quais a Câmara Municipal não tem capacidade de levar até à sua conclusão.

Por último, em relação às questões colocadas pelo Sr. Varandas: - É claro que os pais têm direitos, naturalmente, como em todas as outras situações e para todos os outros cidadãos, ter direitos não quer dizer ter razão, não são sinónimos. E quero eu dizer que reconhecer a alguém os seus direitos não quer dizer que tenha razão. A pessoa tem direito a ter a sua opinião e de a defender, mas eventualmente, tem razão ou não tem. Para além de que as questões da razão dependem sempre dos pontos de vista – o mundo não é a preto e branco e a questão da razão e não razão também não é totalmente linear.

Mais, eu disse e reafirmo que os direitos dos pais relativamente à participação na educação dos seus filhos e no relacionamento com a escola não usurpam nem ultrapassam as competências própria atribuídas aos profissionais da educação, atribuídas pela sua formação, atribuídas pela sua responsabilização profissional e vigiadas e tuteladas pela tutela, pelas inspeções, por todos os organismos que controlam a educação. São coisas que coexistem, não se sobrepõem, não se ultrapassam. Efetivamente, os profissionais da educação, designadamente os professores têm responsabilidades próprias e têm competências que os pais não têm. Agora isto quer dizer que os pais não têm nada a ver com o assunto? Não, os pais têm um papel, mas não é o mesmo que os professores. E é essa a separação que eu referi e continuo a defender.

Por último, em relação à questão da escola, primeiro são colocadas aqui questões que não dizem respeito à Câmara: o funcionamento da escola, as opções pedagógicas, a opção de organização de turmas, enfim, tudo isso são questões que nos são alheias. As câmaras municipais não tutelam, não dirigem as escolas. Participam num Conselho Geral que têm aquelas competências que estão na Lei e que são bastante bem delimitadas. Dito isto acrescento para que fique aqui claro – a Câmara Municipal tem, em relação ao funcionamento da Escola José Afonso e da sua Direção a melhor das opiniões. Pensamos que é uma escola que funciona bem, uma Direção que se aplica, que se empenha, que faz o melhor nas circunstâncias que têm ao seu dispor, para o percurso escolar dos seus alunos. E não temos qualquer razão para alterar este ponto de vista. Ao contrário do que o Sr. Artur Varandas deu a entender, “disse que acha”, eu, e o resto dos membros da Câmara, conhecemos, conhecemos mais do que aqui foi dito, conhecemos mais do que deve aqui ser dito, mas não se engane, nós sabemos exatamente daquilo que estamos a falar.”

Sra. Tânia Bento - Em relação ao Relatório da Inspeção, só foi analisada a Constituição dos grupos de turmas e os horários. Não foi nada inspecionado relativamente ao Conselho Geral, até porque eu tenho mail's da Inspeção geral da Educação que diz que o conselho geral é da responsabilidade da DGEstE e a DGEstE não faz inspeções. O Presidente do Conselho Geral e a Professora Maria José Martins foram chamados à DGEstE, relativamente aos assuntos que eram lá tratados e os que não eram porque não foi cumprido o Código de Procedimento Administrativo. E em relação às responsabilidades da Câmara, a mesma tem responsabilidades no sentido de que tem dois membros dentro do Conselho Geral e os projetos curriculares são aprovados no Conselho Geral e o que é aprovado no Conselho Pedagógico, passa pelo Conselho Geral, portanto a responsabilidade da Câmara, quando nos dirigimos à Câmara é sempre nesse sentido. Eu quando falei, falei com a Sra. Vereadora. Não foi cumprido este ano, novamente, a constituição das turmas não fala só sobre o horário e não está completo, mas não foi tudo inspecionado. Só foi inspecionado a constituição das turmas, os grupos de turmas e os horários, nos vários ciclos. Foi única e exclusivamente o que foi inspecionado. E em relação aos direitos dos pais, quando foi atribuída autonomia às escolas, foi atribuída também aos pais que ganharam direitos por pertencerem à comunidade educativa. E em relação ao funcionamento da Escola José Afonso (que o Sr.

Presidente diz ter muita confiança), os resultados falam por si e a degradação dos resultados também falam por si, porque têm vindo a piorar, muito. Até já pode ter funcionado excelentemente, neste momento os resultados falam por si. E em relação à posição da autarquia no Conselho Geral é assim: como nós sabemos não há ninguém que tenha maior peso no Conselho Geral como a Autarquia. Porquê? Porque estão a representar os munícipes. Estão a representar todos os pais que têm os seus educandos no Agrupamento de Escolas José Afonso. E quando não é cumprido o Código de Procedimento Administrativo que a Sr.^a Vereadora sabe que não foi, porque não esteve presente na altura da reunião, não votou – portanto não esteve presente eu não atribuo a responsabilidade à Sra. Vereadora porque ela não estava, mas havia um representante da Junta de Freguesia que estava, havia um representante da Autarquia que também estava e votou. E tenho mais uma questão a dizer sobre uma frase que o Senhor Presidente utilizou na última reunião que foi “Quando se vota em unanimidade as pessoas têm que aceitar essa votação” – Para já, não se votou em unanimidade, porque houve pessoas que se abstiveram, e mesmo que se vote por unanimidade, se não for legal, se não estivermos a cumprir o Código de Procedimento Administrativo, não torna a situação, legal. Podiam até votar todos no mesmo sentido, isso não torna a decisão legal...

Sr. Presidente da Câmara – Pediu desculpa à interveniente, e referiu que “estamos a ir por um caminho que não devemos. Relatar aqui o funcionamento do Conselho Geral já vai além daquilo que é o nosso âmbito..

Sr. a Tânia Bento – Retorquiu que “o Sr. Presidente há pouco disse àquele senhor que ele não o estava a respeitar porque o estava a interromper e agora está a fazer-me a mesma coisa.”

Sr. Presidente- Continuou: “Estou sim senhor, só com uma diferença - é que eu é que estou a dirigir a reunião, e isso dá-me a capacidade de intervir se a reunião estiver a ir por um caminho que não deve, senão não era preciso alguém que dirigisse as reuniões.”

Perguntou ainda se a Sra. Tânia queria continuar para colocar alguma questão que se relacionasse com a Câmara ou queria continuar a falar sobre o funcionamento do Conselho Geral da “José Afonso”.

Sra. Tânia Bento – “Eu só queria esclarecer que não foi feita nenhuma inspeção de acordo – Os Srs. Vereadores podem ver no Relatório –, relativamente ao funcionamento do Conselho Geral. Não foi. Está aí o relatório.”

Sra. Maria Adelaide – Referiu “mediante aquilo que o Sr. me diz, fazem a manutenção dos caminhos, eu não chamaria ruas, só que a manutenção que os senhores estão a fazer são uma desgraça. E . eu continuo a dizer: - Sr. Vereador faça uma visitinha ao Bairro da Piedade e veem que a manutenção que estão a fazer está de longe melhor do que os caminhos de cabra.

A minha terra tem caminhos de cabra muito melhores do que aquelas ruas.”

Questionou ainda se a Câmara, depois das obras feitas nas ditas ruas, fiscaliza o trabalho efetuado, pois ficam muito a desejar.

Sr. Vitor – Eu quero, em primeiro lugar, pedir desculpa pois há longos meses que ando para vir aqui e como uma funcionária da Câmara me disse que em relação ao meu processo ia notificar as pessoas e se depois de isto, elas não fizessem as obras, na altura, iam ser autuadas. Como a Lei diz que não havendo condomínio, a responsável é a senhoria.

Sr. Artur – Referiu que “como Pai, nunca interferiu nas questões pedagógicas ou da .escola ou dos professores”.

Sr. Presidente da Câmara – Aditou no que concerne ao Conselho Municipal de Educação da Escola José Afonso que “os senhores, como em todos os conflitos, têm a vossa opinião. Têm todo o direito a ela. Outra coisa diferente, se o processo está entregue ao Ministério Público, aos Tribunais, alguém dirá se têm ou não têm razão, não somos é nós.”

Sobre as questões colocadas pela Sr.^a Maria Adelaide reforçou que aquele é um processo de génese ilegal e neste momento não está previsto outro tipo de intervenção. Mais disse que os serviços municipais, quando for oportuno, irão passar por lá, para se verificar alguma situação que possa ser corrigida.

Sobre a questão que o Sr. Vitor colocou, “coincide com aquilo que eu disse inicialmente. A nossa capacidade de intervenção é limitada. As obrigações dos senhorios estão definidas na Lei, mas quando se gera o conflito entre o inquilino e senhorio, só as entidades competentes, o podem resolver. Em última análise, a Câmara tem limitações na sua intervenção. Nós não somos tribunais, não temos poderes judiciais. Temos o poder que temos; somos uma autoridade administrativa.”

Intervieram ainda:

O Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Saudou todos os presentes e congratulou-se com o facto de existir muito público na sala.

Referiu ainda já ter falado com os dois munícipes que apresentaram uma questão sobre o funcionamento do Conselho Geral da Escola José Afonso. E isto “transformou-se num conflito. Em minha opinião estes munícipes têm direito a apresentar as suas razões, agora não há dúvida, como o Sr. Presidente já disse, que há aqui uma parte que é referida e nunca está aqui presente: a Direção do Agrupamento. Daí, já sugeri da outra vez, tem que haver aqui, elevar aqui o patamar, para haver uma base de diálogo. Daí eu deixar aqui uma sugestão: que se tentassem encontrar as partes e fazer esse diálogo.”

Terminado o período de intervenção do Público, o Sr. Presidente passou ao

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

O sr. Presidente colocou três questões, a saber:

“Esclarecimento que eu penso que é devido a todos, até porque é um assunto que se transformou num assunto de algum relevo público:

“A Câmara Municipal tomou conhecimento, no final do mês de Janeiro, através de um utente que foi visitar o Cemitério do Pinhal do Forno que a urna onde estavam depositadas as ossadas que estavam num ossário atribuído a esse utente, não estava lá. Perante isto, naturalmente os nossos serviços ficaram sem saber o que estava a acontecer, e no dia seguinte foi aberto um inquérito, um processo de averiguações que decorreu (não está ainda o relatório final pronto, mas já foram ouvidas as pessoas) e fez-se também de imediato o levantamento dos cerca de mil ossários existentes naquele cemitério para verificar se existiam outras situações, e de facto encontraram-se outras situações, sendo que no total houveram quatro ossários donde as urnas foram indevidamente retiradas. Sem antecipar naturalmente as conclusões do relatório, mas aquilo que foi possível averiguar desde logo, da origem do incidente foi a de que os nossos serviços repetiram um trabalho que já tinha sido feito meses antes; isto é: - Em Fevereiro de 2016, os serviços do Cemitério retiraram determinado número de ossários de urnas decorrentes de desistência, porque acontece com alguma frequência neste tipo de situações as pessoas ainda no calor do luto alugam um ossário e depois ao fim de algum tempo, um ou, dois anos, desistem.

Essa desistência é comunicada aos serviços administrativos que fazem uma nota de serviço para os serviços operacionais do próprio cemitério, vai lá, retira as urnas, e prepara o ossário para poder ser distribuído a outro utente. Esse processo foi feito em Fevereiro e foi bem feito na altura, foram atribuídos esses quatro novos utentes. O que é que correu mal? É que agora foram outra vez retirar os mesmos ossários. Ou seja tudo isto é uma coisa que o inquérito tentará apurar, não foi dada baixa que o serviço estava feito e foram repetir o serviço. E foram retirar quatro urnas que já tinham sido retiradas em Fevereiro e que já não eram aquelas que em princípio, eram para retirar.

Posto isto, o que é que a Câmara fez? Nós falámos com as pessoas, convocámos as pessoas, dissemos-lhes o que estava a acontecer, dissemos que estávamos a avaliar toda a situação, e a procurar quais eram as nossas possibilidades e hoje já é possível dizer (como penso já foi comunicado a todos) porque nós temos condições porque os ossos quando são retirados ou quando são feitas as exumações ou as pessoas não pretendem alugar ossários são colocados numa zona do cemitério – um depósito –, mas não são colocados amontoadamente. Cada ossada é posta num envolto próprio, num saco de plástico, e são colocadas assim. Isto permitiu-nos saber, até porque não houve exumações neste período do inverno, portanto isto permitiu-nos saber quais as últimas ossadas a ser colocadas e isto permitiu-nos identificar doze ossadas, de entre as quais estarão certamente as quatro que foram indevidamente retiradas. Já contactámos o Instituto de Medicina Legal para lhes solicitar a realização de exames dos testes de ADN que vão permitir identificar as ossadas e vai permitir repor a situação, como ela devia de estar.”

Mais disse, a título de comentário que “nós, só naquele cemitério, movimentamos algumas centenas de inumações, exumações e estes movimentos dos ossários e ao longo dos anos todos esses movimentos se processaram e se processam sem qualquer problema. Portanto, o que define a atuação da Câmara Municipal e dos Serviços municipais na área dos cemitérios é a eficiência. As coisas decorrem como têm que decorrer. Agora, em qualquer sítio em que existem pessoas normais às vezes fazem-se erros. O erro é uma certeza estatística e portanto, ali fez-se um erro, mas como para além de sermos pessoas normais somos pessoas sérias, fazemos aquilo que as pessoas sérias fazem: quando cometem um erro, corrigem-no, procuram as suas causas para que ele não se volte a repetir e corrige-se aquilo que tivermos oportunidade de corrigir. Neste caso, é isso que vamos fazer. Vamos melhorar procedimentos para que não haja possibilidade de um erro desta natureza voltar a acontecer e vamos corrigir o erro cometido e repor a situação devida aos quatro utentes afetados.”

Seguidamente, o Sr. Presidente leu uma Moção sobre o novo aeroporto de Lisboa:

Moção sobre o Novo Aeroporto de Lisboa

“No passado dia 15 de Fevereiro, foi assinado um memorando de entendimento entre o Governo e a Vinci/ANA que confirma a instalação de uma extensão do Aeroporto de Lisboa na Base Aérea no Montijo. Sobre esta opção, a Câmara Municipal da Moita considera que:

- Não é compreensível nem aceitável que o Governo decida a instalação de uma infraestrutura com tão forte impacto no território, sem qualquer contacto prévio com os municípios situados na área de influência directa deste aeroporto complementar.
- A instalação desta infraestrutura no centro de uma área densamente povoada e onde existem diversas zonas classificadas de protecção da natureza tem necessariamente fortes impactos ambientais, que têm de ser avaliados e acautelados, previamente à tomada de decisão.
- O território do Concelho da Moita encontra-se sob as trajectórias de voo de aproximação às pistas deste aeroporto complementar. Existem motivos legítimos para a apreensão da população do Concelho face às consequências deste facto na sua qualidade de vida e segurança, que são agravadas pela total omissão destas preocupações nas declarações proferidas pelos membros do governo.

– A localização de um aeroporto internacional é uma importante alavanca de crescimento económico na região que o acolhe. Contudo, o cenário desenhado para a extensão do Aeroporto de Lisboa para a Base Aérea do Montijo é a da mera instalação de um terminal de passageiros low cost. Este cenário não se configura com dimensão nem contornos para constituir um impacto relevante na economia da nossa região, ao contrário do que aconteceria com a prevista construção do novo aeroporto no Campo de Tiro.

– O facto de a exploração da ANA ter sido dada à empresa francesa Vinci Airports não pode subordinar as opções do Governo sobre o futuro do Aeroporto de Lisboa, sendo de assinalar que o investimento nas infraestruturas aeroportuárias é da responsabilidade da ANA.

Face a estas preocupações, a Câmara Municipal da Moita considera que a solução de instalação de um aeroporto complementar na Base Aérea do Montijo não é a melhor para o município, para a região ou para o país. A opção, já devidamente avaliada e fundamentada, de construção do Novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro é a que responde às necessidades actuais e futuras de Portugal relativamente ao tráfego aéreo, de passageiros e de mercadorias. Esta construção deve ser faseada, podendo envolver ainda durante um período significativo a existência simultânea de dois aeroportos, até à eventual desactivação completa da Portela. A construção do Novo Aeroporto de Lisboa na nossa região, associada à concretização progressiva dos investimento estruturantes planeados e acompanhada de uma política assente na dinamização do investimento e da produção nacional, contribuirá não só para o crescimento económico, o aumento do investimento e do emprego e o desenvolvimento da região, como é de vital importância para o crescimento e o desenvolvimento do país.

A Câmara Municipal da Moita reclama do Governo os esclarecimentos devidos e devidamente fundamentados sobre os impactos ambientais no seu território e sobre o bem-estar da população do Concelho que resultariam da pretendida instalação do Aeroporto Complementar na Base Aérea do Montijo.”

De seguida o Sr. Presidente deu a palavra aos senhores vereadores que manifestou intenção em intervir:

Sr. Vereador Pedro Aniceto – Cumprimentou todos os presentes e continuou:

“Este assunto já tem sido abordado em reuniões privadas de Câmara; na última reunião manifestei-me algo dividido enquanto político e enquanto cidadão. O impacto de uma aproximação sobre uma zona urbana é bastante grande. Acho que é prematuro estar-se a falar de números como tenho visto alguns, mas falo com a experiência de quem morou em Camarate durante trinta anos. Portanto, não é inocente dizer “Há, faz bem!”, Por outro lado, é evidente que um novo Aeroporto será sempre uma ferramenta de desenvolvimento e dinâmica do Concelho onde está inserido e dos concelhos à volta. Quanto a esta Moção, concretamente, há aspetos em que eu estou profundamente de acordo com ela. Haverá um ou outro, um mero terminal de passageiros “low cost” – esta designação confesso que não está completamente esclarecida e não a acho degradante, não menospreza o assunto; se pensarmos bem aquilo que faz com que tenhamos uma complementaridade no novo aeroporto é o facto de o terminal de passageiros dito “low cost”, na Portela, estar perto da sua capacidade máxima. Em dez anos esgotou-se e os números que mostram a evolução do Turismo na Europa talvez fruto de muitas circunstâncias que não têm a ver só com a nossa habilidade para lidar com turistas, mas sobretudo com alguma ordem mundial que vai fazendo que o nosso destino turístico seja mais apetecível também ajuda a que esse objetivo de fazer crescer esta indústria seja interessante. Para mim, enquanto cidadão, a opção “Alcochete” era também preferível, e não escondo que era uma questão de interesse Pessoal porque quanto mais longe da minha porta estiver o Aeroporto, melhor. Eu não me esqueço que o primeiro dito popular que aprendi quando vim residir no ano de noventa para o Rosário foi “isto é simples de saber se vai chover: se ouvires os aviões, chove, se ouvires os barcos do Barreiro ou comboios a apitar no Barreiro, não chove”.

Toda a zona será afetada em termos sonoros. Continuo a dizer que é muito prematuro para os estudos que têm que ser feitos, e são estudos prolongados e com muito tempo que implicam movimentos migratórios de aves e implica trabalho de campo para um ano e meio ou dois anos. O aeroporto não virá amanhã de certeza absoluta. Devo também acrescentar que esta solução em Alcochete faria mais sentido do ponto de vista do crescimento porque, sejamos francos, um aeroporto pode ser complementar e provisório no Montijo, mas nunca mais de lá sai. Sempre que me falam em provisório, recordo-me sempre dos viadutos de alcântara – são provisórios desde 1972 e ainda hoje lá estão. Portanto, eu abster-me-ei sobre esta Moção, mas tenho a certeza que alguns dos aspetos plasman verdades bastante concretas, nomeadamente a questão da falta de estudos e estar-se a dar como fechado um assunto que dificilmente estará fechado”.

Sr. Vereador Manuel Borges – Congratulou-se com o facto de existir muito público na sala.

Mais disse que irá visitar o Bairro da Piedade, e prosseguiu:

“Estamos aqui numa situação curiosíssima. Não deve haver Câmara alguma no País em que todos os Vereadores estejam associados; deverá ser o único município do País em que todos os vereadores eleitos estão associados ao Governo que está a governar o País. Só cá estão estes três Partidos e não está cá mais nenhum, porque há-de haver outros locais em que há eleitos do Bloco, do PS e da CDU, mas estará lá o PSD ou o PS. Aqui não; aqui só estão os três partidos que apoiam o atual Governo e isto traz aqui alguma curiosidade – como é que nós nos posicionamos sobre isto -.Esta questão já foi mais ou menos afluada na última reunião da Câmara (privada) e eu questionei-me se iria aparecer uma moção, em função do que eu ouvi na última reunião. E quando as Moções chegaram ao pé de mim não fui ver os considerandos, fui ver as conclusões, porque muitas vezes percebemos a situação toda, mas aquela conclusão não é a conclusão de está de acordo com aquilo que nós pensamos. Ou seja, percebemos os considerandos, mas Bem, eu confesso que neste caso, eu confesso que não li só o último parágrafo, li também o penúltimo, e até hoje vi poucas análises do aeroporto que tivessem esta questão, que para mim é óbvia, mas que ninguém fala. É que a construção do tal aeroporto em Alcochete, devia ser faseada podendo envolver ainda durante um período significativo a existência simultânea de dois aeroportos até à desativação completa da Portela. Estou completamente de acordo. Eu penso é que o que se passa hoje na comunicação social empurram-nos para outra forma de ver o problema. Eu confesso que há dois argumentos que é assim, pronto, temos que arranjar uma solução provisória/definitiva (como disse o Vereador Aniceto) e aceitar o Montijo, que é: porque não dinheiro; não há outra hipótese, os estudos comparativos que existem diziam “bem se for para Alcochete, vamos ter que esperar, esperar, esperar, e aqui podemos avançar já”, aproximam-se disto, mas parece que também não querem assumir isto claramente.

Ou havia outro argumento que é: qualquer obra que não Alcochete demoraria ainda assim algum tempo, que o aeroporto da Portela, sozinho, rebentaria pelas costuras – também tenho que ser sensível a este argumento. Reparem que nós viemos hoje para esta reunião e quando estávamos a vir para a reunião (embora moremos próximo) num dos telejornais estava a falar um representante da Ryanair (que é uma das companhias aéreas que virá para o Montijo) e esse representante dizia: - Esperamos já estar a operar no Montijo, não no próximo Verão, mas no outro. Ou seja, os próprios *low cost*, parece que contrariamente ao que se dizia aqui há uns anos, parece que estão interessados o que dá algumas garantias de que a Portela deve estar mesmo a rebentar pelas costuras. “Para que é que são precisos dois anos para estudos, se quiserem amanhã à hora de almoço já os tenho”, disse o Diretor da Ryanair. E nem tenho a certeza que ele o estivesse a dizer em Portugal.

E isto traz aqui o tema, que é um tema muito interessante, mas eu da minha parte o que tenho sentido é interesses mesquinhos, de alguma forma regionais, e locais a empurrar o Aeroporto para ficar Portela mais Montijo.

E como acho que a solução era Alcochete, e lendo o que está aqui nas conclusões, eu votarei a favor desta Moção. Quando comecei a ver cartazes de Partidos Políticos, e exigir que o aeroporto fosse no Montijo, quando vejo que os posicionamentos são em função dos Partidos, que governam ou não governam tanto, quando vejo uma série de coisas eu fico muito desconfiado. E como eu já disse na reunião privada, os Partidos mudam de opinião, mas eu não. Eu continuo a achar que a solução era o aeroporto de Alcochete, portanto, identifico-me com as conclusões que aqui estão e como tal, votarei a favor.”

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Referiu a última reunião privada, na qual este assunto já foi abordado. E perguntou, na altura, “Em que ponto da situação é que isto está? E lembro-me que referi que está a haver muita falta de esclarecimento e informação à população. Nós vivemos um bocadinho daquelas reportagens na televisão e pouco mais. Portanto, eu acho que esta Moção, ao vir aqui – aqui na Câmara não houve discussão nenhuma, também é verdade, também não houve –, houve uma reunião onde os Municípios se iriam juntar para falar sobre este assunto, porém não soube das conclusões. Aqui na Câmara não houve nenhuma discussão sobre esta posição, portanto eu quero dizer que me identifico com grande parte desta Moção onde se levantam situações de tentar compreender a decisão, falta de informação, inclusivamente até porque a Moção tem aqui duas situações: - O último parágrafo diz aqui que a “Câmara Municipal da Moita reclama do Governo os esclarecimentos devidos e devidamente fundamentados, sobre os impactos ambientais no seu território (...) em relação ao aeroporto do Montijo.” Mas no meio da Moção há aqui um parágrafo que já diz: “A opção devidamente avaliada e fundamentada do Novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro é a que corresponde às necessidades atuais e futuras de Portugal”. Ora se nós já temos uma opinião formada que é aquele aeroporto do Rio Frio, como é que agora estamos a pedir esclarecimentos sobre o do Montijo?. Portanto, eu penso que a Moção tinha razão de ser se fosse sem aquela parte, porque é uma Moção que está a exigir aquilo que nós temos direito enquanto munícipes: esclarecimento, discussão. Mesmo em relação à escolha do Campo de Tiro de Alcochete, disse , não houve nenhuma discussão connosco. Houve alguma sessão pública com a população a explicar os impactos e as mais valias daquele aeroporto daquele lado? Nem com aquele, nem com este! É por isso que eu digo que deveria haver em cada Concelho certificados de proximidade com o aeroporto do Montijo e com Campo de Tiro, haver uma sessão pública, onde viriam aqui algumas pessoas que estão fundamentadas sobre o ordenamento do território no Distrito de Setúbal, ver quais são as grandes obras de infraestruturas que estão planeadas e as implicações que tudo isto tem em termos do impacto de desenvolvimento da nossa região. Sobre os impactos no Campo de Tiro de Alcochete, nunca me veio parar algum às mãos, mas também falta a mesma coisa acerca do Montijo”.

É por isso que eu digo que o último paragrafo da Moção está excelente, o que eu não concordo é que se tome já uma opção. Nós dizemos que há falta de esclarecimento, mas a melhor opção era o Campo de Tiro. Há aqui um adiamento na discussão e começamos já a tomar uma opção. Claro que somos livres de tomar essa opção, mas acho que nesta fase devíamos ficar por um pedido de esclarecimento, não só aos vereadores, mas a toda a população. As pessoas responsáveis têm que vir ao terreno falar connosco, com linguagem clara, e explicarem às pessoas para depois nós dizermos – sim senhor, estamos de acordo ali, estamos de acordo ali, por isto e por isto.”

Referiu ainda que a Moção, ao pedir esclarecimentos, mas também a achar que a melhor escolha é Alcochete, penso que tem uma posição dupla e assim não a entendo.

“Se a Moção ficar assim vou abster-me, concluiu.”

O Sr. Presidente da Câmara – Esclareceu: - “Eu procurei que a Moção não entrasse em assuntos mais polémicos e que mantivesse objetiva, mas efetivamente tem dois aspetos. A questão do aeroporto anda a ser discutida há mais de vinte anos em Portugal. Como se recordam teve apontado para a OTA, antes discutiu-se a opção do Rio Frio. Depois acabou por ser a OTA e depois o “Campo de Tiro”. Agora aquilo que nos importa ter em conta (e não estamos a falar de há muito tempo atrás, estamos a falar de uma opção que foi tomada em 2008 pelo Governo da altura e que foi precedida de uma significativa discussão pública, de estudos realizados. Houve um estudo muito profundo feito pelo LNEC, mas houve diversos outros estudos – uma avaliação em que entraram em conta diversos fatores até a questão morfológica dos terrenos e a questão da propriedade dos terrenos (que o Campo de Tiro tem vantagens que na altura foram evidenciadas - são terrenos públicos que não implicam esforço com a aquisição e ser um terreno plano que não tem problemas de orografia que compliquem a instalação das pistas do aeroporto), mas é preciso também recordarmo-nos que as opções Portela mais um foram também avaliadas e as opções Portela mais um eram várias: - Falava-se de Alverca, falava-se de Sintra falava-se do Montijo, menos destas três aqui em volta de Lisboa, que são Bases da Força Aérea de Lisboa. E a conclusão fundamentada (e é por isso que aqui se fala em fundamentada), é que a solução para o País era a instalação no Campo de Tiro. Porquê? Porque tem possibilidades de crescimento, permite, se vier a ser essa a decisão, retirar da Portela, e aquele impacto do aeroporto dentro de uma zona urbana, porque tem efetivamente possibilidades de crescer e de se tornar um aeroporto de serviço

intercontinental que o Aeroporto da Portela não é e o do Montijo inda menos poderá ser. Os aviões maiores, os aviões usados em voos intercontinentais não vão aterrar no Montijo porque a pista não tem dimensão para isso. Portanto, o Montijo é uma opção limitada, é mesmo só para aquilo, não é para mais nada; e por isso aqui também é dito que é uma mera opção *low cost*, porque aquilo não dá para ser outra coisa. Nós olhamos para o mapa e vemos que a pista está nos limites, não cresce. Acabou. Por isso aqui se diz: não existiu até hoje alguma demonstração que a solução Campo de Tiro já não seja a adequada.

O que é que surgiu de diferente e por isso eu não pus na Moção porque já ia entrar num campo que pode suscitar mais discussão e mais controvérsia, mas digo-o aqui por ser a minha opinião: é que a grande decisão não foi tomada sequer pelo Governo. A decisão foi tomada pela VINCI – a famosa empresa a quem foi dada a ANA (que por acaso é uma empresa que nasceu a gerir parques de estacionamento em Paris), vem gerir os aeroportos portugueses. Está cá há quatro anos, já aumentou vinte vezes as taxas aeroportuárias e não tem outro objetivo que não seja levar dinheiro rapidamente para França e recuperar o que pagou. Eles não estão cá para outra coisa. É que quando a ANA era pública, a ANA dava lucro, mas os lucros eram reinvestidos: - As obras das Pedras Rubras, as obras do aeroporto do Algarve, as obras do alargamento da Portela, do terminal dois da Portela, tudo isso foi feito com o dinheiro da própria exploração dos aeroportos. O que acontece com empresas estrangeiras, é que eles estão cá para pagar dividendos aos acionistas. Uma empresa compra outra para gerar lucro para pagar aos acionistas. Eles querem fazer a menor despesa possível porque aquilo dura cinquenta anos e eles daqui por esse tempo vão-se embora e nós é que depois ficamos com um aeroporto que não serve para nada. E uns anos antes alguém vai dizer que é preciso fazer outro.

Portanto, esta questão que não está aqui leva a esta decisão; não há outra questão que leve a esta decisão. E o que é que se coloca? A Moção acaba por incidir em dois aspetos. Por um lado reafirma que os dados que foram apresentados aos Portugueses até hoje, os dados devidamente legitimados por um debate público, por uma opção técnica e política, apontam solução Campo de Tiro; Agora perante a aposta e a afirmação concretizada (não estamos a especular, estamos a falar de um anúncio público feito a semana passada), em que o Governo vai ser instalado na Base Aérea, então aí, também é necessário que os impactos que isso vai ter sobre o nosso território sejam acautelados, daí a Moção ter estes dois aspetos. Defendemos o Campo de Tiro, mas se não for o Campo de Tiro então não se esqueçam – é que o Sr. 1.º Ministro falou, e bem, que era preciso estudar as rotas de migração das aves. Aqui moram cerca de duzentas mil pessoas que não migram, que estão cá o ano todo. Portanto, estudem lá também o que é que isto faz às pessoas. As aves são muito importantes, mas moram cá, duzentas mil pessoas – Montijo, Samouco, Alhos Vedros, Baixa da Banheira e o Barreiro todo – e os aviões vão cá andar por cima, não há outro sítio para chegar à pista, têm que passar aqui. E não se estudam os impactos disto? Afirma-se já que se vai fazer ali, estudou-se alguma coisa? Eles até nos podem vir demonstrar (e espero que sim) que o avião começa a baixar já ali em cima do rio e vocês não ouvem. Se eles demonstrarem isto, nós calamo-nos e ficamos satisfeitos, mas digam qualquer coisa, estudem, avaliem – agora decide-se primeiro e estuda-se depois. Em relação à Portela, tendo em consideração o acréscimo de passageiros, não é novidade alguma que mais ou ano, menos um ano, atingia o seu limite. O ano passado teve vinte dois milhões de passageiros; o seu esgotamento está apontado para os vinte e cinco milhões, portanto, mais um bocadinho está lá. Portanto, as decisões deviam ter sido tomadas mais cedo e haver mais tempo para debater e para estudar.

O Governo, continuou, tem toda a legitimidade para tomar decisões, mas uma coisa destas tem um impacto grande sobre o território; e não são só os impactos ambientais, são também os outros: o aeroporto precisa de acessibilidades, não é a estradinha que vai para a base aérea que faz a acessibilidade ao aeroporto; precisa de transportes públicos. Precisa de uma série de outras coisas instaladas no território e não se diz nada aos municípios. Parece que nós não temos competências no ordenamento do território, mas temos. Estão na Lei. São nossas. Eu até admito que não perguntem, mas ao menos comuniquem-nos. Nem isso. Nós sabemos pela Comunicação Social. Nós temos a legitimidade que nos é dada pelas nossas competências legais e não podemos abdicar delas.

Colocada à votação, a Moção foi aprovada por maioria com duas abstenções dos Vereadores Joaquim Raminhos e Pedro Aniceto.

De seguida, o Sr. Presidente fez a apresentação da seguinte Moção:

Transferência de Competências

“O Conselho de Ministros aprovou no passado dia 16 a proposta de lei que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, que se pretende iniciar no ano de 2018, admitindo-se o faseamento da sua concretização até ao fim do ano de 2021, e que será concretizada através de decretos-lei sectoriais nos domínios da educação (ensino básico e secundário), da saúde (cuidados de saúde primários e continuados), da acção social, dos transportes, da cultura, da habitação, da protecção civil, do policiamento de proximidade, das áreas portuárias e marítimas, do cadastro rústico e da gestão florestal.

Perante tão profunda alteração da delimitação de competências dos diversos níveis da Administração que este processo implica, a Câmara Municipal da Moita entende que é indispensável acautelar os seguintes aspectos:

- A transferência de competências para o Poder Local só encontra razão de ser se se constituir como uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado, em que as autarquias se assumam como titulares de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direcção e conformação, assentes nos princípios da subsidiariedade e da complementaridade.
- A transferência de competências não pode consistir, como tantas vezes tem acontecido, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para as autarquias.
- A transferência de poderes e competências para executar (física e financeiramente) acções, serviços ou investimentos é mera desconcentração – só há descentralização quando a transferência inclua o poder de decidir.
- A transferência de atribuições e competências tem ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas.
- Devem manter-se no Estado, para além dos que são próprios do exercício da soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural.
- A inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas – que não são substituíveis pelas Áreas Metropolitanas no seu figurino actual, pelas CIM ou qualquer outra solução inter-municipal, constitui um obstáculo a uma efectiva descentralização.
- Novas competências para as autarquias exigem como condição prévia de sustentabilidade a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm, o que exige a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana que têm constituído pesados obstáculos à sua capacidade de realização.
- A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à prévia avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro.

Atentas estas preocupações, a Câmara Municipal da Moita considera que a descentralização administrativa é um importante meio para a promoção do desenvolvimento local e regional, razão pela

qual o processo de transferência de competências necessita ser acompanhado da criação das regiões administrativas enquanto factor indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, que promova uma reforma democrática da administração e que defenda a autonomia dos municípios. É de rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.”

Intervieram na análise da Moção:

O Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Referiu que o assunto das transferências de competências é um assunto muito pertinente, que está muito na ordem do dia.

Mais disse “nós temos que estar atentos e estou de acordo, logo com o primeiro considerando onde se deve exigir que esta transferência deva ser, para ser eficaz, tem que responder aos direitos, aspirações e necessidades das populações. Portanto, há realmente aqui, neste movimento de transferência de competências algumas coisas encapotadas porque há serviços que tem que ser o Estado Social a assumi-las e não podem agora descartarem-se de tudo e mais alguma coisa – vai tudo para as autarquias, as autarquias resolvem tudo –, e portanto pode correr-se o risco de haver uma desresponsabilização de alguns temas centrais que o Estado tem que assumir.”

Mais salientou que irá votar a favor.

Sr. Vereador Manuel Borges – Referiu compreender tudo o que está escrito, porém, quando chegou ao último parágrafo das competências, “mas depois a forma como está o parágrafo não é aquele que me agrada, porque é um parágrafo que começa com questões de princípio e acaba com questões de dinheiro e é mais forte no texto relativamente à questão de dinheiro e eu diria *“bem, da forma que está aqui se o Governo enviar à gente algum dinheiro nós aceitamos”* e eu como na questão dos princípios se estive contra situações deste género no tempo do PSD quando fizeram a passagem para as autarquias de questões na área da educação, da saúde, da cultura e penso que dos transportes, e nessa altura estive contra, eu hoje continuo contra. Os Partidos podem mudar de posição, mas eu não mudo. O PS foi contra as propostas do PSD quando lá estava o Pedro Coelho e, quando houveram quinze municípios no País que aceitaram, o PS esteve contra (e eu também). Entretanto o PS agora quer, não só isso, mas muito mais e eu continuo contra. Mas percebo, e não vou votar contra.”

O Sr. Presidente da Câmara – Referiu que a intenção do último parágrafo é apenas de dizer que a futura transferência de competências que venha a haver se é que venha a existir alguma transferência vai ter a dimensão que a Lei quadro apresenta (tenho algumas dúvidas), mas que vai haver transferência de algumas matérias. Agora, seja qual for a dimensão dessa transferência é preciso, e como aqui diz, que haja uma garantia comprovada das Autarquias com os meios. O que é que isto quer dizer? É que não pode ser casuístico. Alterar a delimitação de competências, alterar as competências das autarquias implica alterar a Lei de Finanças Locais e as outras Leis concomitantes. Porque se for casuístico estamos sempre dependentes do ciclo político. Depois a seguir muda o Governo ao fim de quatro anos e os meios que num determinado momento vinham, deixaram de vir, e as competências ficam. Não basta fazer uma Lei de transferências de competências, é preciso alterar as outras leis que determinam o ordenamento jurídico todo das autarquias locais para que as competências de facto fiquem a salvo e o seu exercício fique a salvo dos ciclos políticos e das alterações que os ciclos que os políticos possam introduzir.”

Colocada à votação, a Moção foi aprovada por maioria com três abstenções dos Vereadores Manuel Borges, Vitor Duarte e Pedro Aniceto.

O Sr. Presidente apresentou para conhecimento:



- A posição atual do Orçamento da Receita do presente ano, o resumo da posição do Orçamento da Despesa, assim como o Resumo Diário da Tesouraria, da Câmara Municipal.

O Sr. Presidente colocou à votação a ata previamente distribuída:

. Ata n.º 01 de 11 de Janeiro de 2017 – Aprovada por unanimidade.

De seguida, o Sr. Presidente deu a palavra aos senhores vereadores que desejassem intervir:

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Abordou a situação da degradação urbana da zona antiga de Alhos Vedros e solicitou esclarecimentos sobre a situação em que se encontra o respetivo projeto de requalificação.

Paralelamente a esta situação, perguntou, no que concerne à dinamização de algum património municipal em Alhos Vedros, por exemplo o edifício da antiga cooperativa de Consumo, se existe algum projeto de recuperação/requalificação, para aquele espaço.

Sugeriu ainda o embelezamento de algumas zonas da Vila, nomeadamente a colocação de algumas floreiras em sítios onde em tempos existiram jardins, até com um lago de peixes.

Mais sugeriu atenção para os sentidos de trânsito junto à Escola do 1.º Ciclo ao Fundo da Av. Bela Rosa, uma vez que as transversais no sentido Bairro das Morçoas foram ficando todas no mesmo sentido. A única rua, neste momento, que tem dois sentidos é a Rua Lopes Sequeira (uma rua muito descaracterizada, sem passeio de um dos lados, muito mal cuidada), com fraca sinalização, confusa e por onde os carros circulam inclusivamente na hora de entrada e saída de crianças.

Sugeriu ainda que a Câmara faça “algum *forcing*” junto da Administração do Porto de Lisboa a fim de isentar de algumas taxas as Associações Ribeirinhas uma vez que estas já fazem parte do património ribeirinho.

Sr. Vereador Pedro Aniceto – Voltou atrás, “à questão do incidente do cemitério” e disse “gostava que esse esclarecimento tivesse vindo um pouco mais cedo, talvez em termos de comunicação e imagem não tivesse ganho sequer uma percentagem mínima do relevo que o assunto ganhou na imprensa e na comunicação que pegou no assunto.” Aditou ainda ter conhecimento de que nem todos os afetados foram contactados.

Em relação aos testes forenses referiu que “Estes fazem depender a fiabilidade do acerto da identificação dos restos mortais de uma série de aspetos que se prendem com o tempo que a ossada tem, de enterramento, das condições em que esteve, para não falar do mar de dinheiro que isto vai custar. E quando digo é que é um mar de dinheiro, só para ter uma noção, para que as pessoas tenham uma noção, a cada exame forense destes começa em doze unidades e meia de conta do Estado – o que significa mil duzentos e setenta e cinco euros -, só para início. Depois vai depender de uma série de aspetos. Vai depender se a confrontação é feita com descendentes diretos ou com alguém afastado, em que as coisas se vão complicando e não me espantaria que cada exame destes chegasse a uma média de três mil, três mil e quinhentos euros, porque chega lá com facilidade. Além disso, eu próprio, hoje, em conversa com o diretor do Instituto de Medicina Legal, ele disse que à partida ninguém pode garantir a identificação destes restos mortais porque pura e simplesmente, basta que tenha havido um terreno com água super permeável, que os ossos estejam em contacto com água, depende das condições de enterramento, depende de uma série de aspetos. Portanto, isto está longe de ser um erro que é absurdo e que podia ter sido evitado. Bastava que os serviços tivessem acatado a sugestão que um funcionário dos cemitérios fez, que era, ao depositar os restos mortais no “tal” saco em cova anónima, que este fosse identificado com uma etiqueta como número do processo ou do ossário que lhe diria respeito, e nesta altura estaria toda a gente com o problema resolvido.”

Mais, continuou, disse não entender que o Sr. Inácio Francisco (segundo a imprensa), não tenha sido convocado pela autarquia. Talvez do ponto de vista do controle de danos a situação não se tivesse extremado a ponto de haver queixas que serão graves, que o Ministério Público terá que analisar e que

darão o respetivo trabalho. Aquilo que eu peço aos serviços do Cemitério é que isto são questões, como toda a gente percebe, francamente emocionais, que cada um reage à sua maneira (penso mesmo que certamente nunca os ossários desse cemitério foram tão visitados como recentemente para que as pessoas tivessem a certeza e que os seus entes mais ou menos queridos fossem acautelados). Portanto., possivelmente, independentemente dos factos, que deram origem a esta repetição de esvaziamento de ossários que possam até administrativamente tomar algumas medidas, e esta da identificação da ossada, coisa que é feita até em cemitérios bem mais movimentados em que por norma, e até por questões judiciais haver mais tarde necessidade de levantar a ossada e as pessoas têm aquela noção sinistra de que existe uma vala comum que é um conceito um bocado medieval que já não é praticado até há muito tempo, a não ser em caso de catástrofe ou desgraça, em que efectivamente as ossadas não são destruídas, são depositadas dignamente numa cova aberta para o efeito (não estão misturados porque isso impediria a devolução às pessoas dos seus pertences em termos de acautelamento).

E uma outra questão de sensibilidade, continuou, “que eu não consigo entender de todo, porque é que quase um mês e meio depois de se ter dado por isto, porque é que há pessoas que perderam, momentaneamente ou não os seus entes queridos e há pessoas que recebem avisos de pagamento relativamente à taxa de 2017. Isto é juntar a miséria à desgraça, como dizem os ingleses. Uma coisa é a pessoa já ter um problema, e de repente, toma lá uma cartinha (que alguns pensarão que é a Câmara a informar que tem o problema resolvido ou estará a tratar disso) mas não , é a dizer : “dá cá trinta e oito euros da taxa do cemitério em relação a dois mil e dezassete”. Isto é claramente não saber o que fazer em termos de sensibilidade. Isto, mais do que questões políticas, é uma questão de gestão, é uma questão administrativa, que tantos anos depois e tantas movimentações depois, não deveria acontecer de forma alguma.

Às questões colocadas, responderam:

O Sr. Presidente da Câmara - Em relação à área de Reabilitação Urbana que foi definida para Alhos Vedros – Centro – que inclui um pacote legislativo nacional que prevê normas depois aqui aplicadas por nós de incentivos fiscais à realização de obras, verdadeiramente não tem tido efeitos muito expressivos.

Mais disse que a conjuntura nacional e a condição económica de muitos dos proprietários da zona abrangida, não tem sido favorável a que aqueles façam obras. Falta que as pessoas tenham condições para aproveitarem os incentivos dados.

Mencionou ainda que em relação aos imóveis de maior dimensão (antigas fábricas), alguns até são pertença de Bancos e de Fundos Imobiliários, a recuperação que se possa dizer existir na economia é ainda muito incipiente e investimentos novos e de alguma dimensão não têm acontecido e não é previsível num curto prazo que vá acontecer.

Sobre as questões relativas ao Património Municipal, disse “temos o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, apresentado e aprovado para podermos concorrer aos fundos – Portugal 20/20, mas noutras vezes referimos, os Fundos são bastante limitados, e não é só para nós, é também para todos os Municípios da Área Metropolitana da Lisboa, que na melhor das hipóteses terão as participações a chegar aos cinquenta por cento, o que implica sempre uma capacidade de investimento significativa por parte das Autarquias, para poderem usar os fundos. Mas nós temos Plano com uma calendarização que vai até dois mil e vinte, ou ia inicialmente, uma vez que tudo se atrasou.

Atrasou-se o próprio início das operações (não foi atraso dos Municípios) atrasaram-se os avisos de abertura dos próprios vários programas dos Fundos Comunitários – estão perto de dois anos atrasados -, portanto não será especulação referir que os prazos se distenderão até dois mil e vinte e um os dois mil e vinte e dois. Estamos já a trabalhar em alguns, mas no que até Alhos Vedros diz respeito estamos numa fase inicial das diversas operações previstas, designadamente em relação ao Palacete do Cais e à Cooperativa, temos já um arquiteto com experiência de intervenção em edifícios antigos e sua refuncionalização que já visitou os dois edifícios, e começou para já a estudar o Palacete do Cais e o que fazer. Importa percebermos que as verbas que estarão disponíveis não vão ser suficientes nem pouco mais ou menos para a total refuncionalização do edifício. Aquilo que está pensado e que é possível

neste Quadro Comunitário de apoio é uma intervenção de alavancar com os fundos europeus a degradação e em segundo lugar, inicie, numa parte do edifício, alguma renovação.”

Terminou ainda dizendo que levarão certamente alguns meses até que existam propostas que se possam discutir.

No que respeita à Cooperativa, disse que não se iniciou ainda qualquer trabalho, só a visita. Esta calendarização está prevista acontecer só nos anos finais.

No que concerne às floreiras, concordou que a zona está efetivamente, muito cinzenta e informou que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Alhos Vedros estão a preparar uma intervenção de restauro do coreto “e admito que nesse enquadramento se possa encontrar uns elementos decorativos que deem, de facto, mais cor àquela praça.”

Em relação à Administração do Porto do Lisboa, informou que este Governo, quando fez as alterações na Administração dos Portos - Lisboa e Setúbal - ,e as fundiu fez uma outra coisa que os Municípios já reclamavam há anos que foi a abertura de um lugar no Conselho de Administração a um representante dos Municípios o que permitiu levar preocupações que antes, provavelmente, não chegavam lá. Mais informou que irá a deliberação daquele Conselho, brevemente, uma proposta que permitirá extinguir a Taxa Comercial dos Centros Náuticos (que era uma das duas taxas que pagavam), quando aquela que continuarão a pagar é substancialmente inferior.

Quanto às questões do Cemitério, disse reafirmar tudo aquilo que explicou inicialmente. Mais disse que a “Câmara” falou com todos os utentes que quiseram falar connosco, porque houve um utente que designou um advogado, e falámos com o advogado.”

Não havendo mais intervenções solicitadas,

Passou-se de seguida ao Período da Ordem do Dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

As propostas abaixo transcritas, foram apresentadas pelo Sr. Vice-Presidente:

1 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A ATIVIDADES DESPORTIVAS - ATLETISMOITA - NÚCLEO DE ATLETISMO DO PENTEADO

“A Câmara Municipal promove anualmente o Torneio de Atletismo denominado Atletismoita. Este torneio decorre ao longo da época desportiva e é organizado em conjunto com os clubes do concelho que se dedicam a esta modalidade desportiva.

Cada um dos clubes é responsável pela organização de uma das provas que decorre na sua área de influência.

A Câmara Municipal tem o compromisso de apoiar cada prova com um subsídio de 600,00€ (seiscentos euros).

Nesse sentido propomos:

. Núcleo de Atletismo do Penteado (25.03.2017)

8º Grande Prémio de Atletismo do Penteado - 600,00€ (seiscentos euros).

Este apoio financeiro tem cabimento na rubrica 252/22 - ATLETISMOITA - 03/06.02.03.05.07”

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

2- ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A ATIVIDADES DESPORTIVAS – ATLETISMOITA – CLUBE DESPORTIVO RECREATIVO RIBEIRINHO

“A Câmara Municipal promove anualmente o Torneio de Atletismo denominado Atletismoita. Este torneio decorre ao longo da época desportiva e é organizado em conjunto com os clubes do concelho que se dedicam a esta modalidade desportiva.

Cada um dos clubes é responsável pela organização de uma das provas que decorre na sua área de influência.

A Câmara Municipal tem o compromisso de apoiar cada prova com um subsídio de 600,00€ (seiscentos euros).

Nesse sentido propomos:

. Clube Desportivo Recreativo Ribeirinho (25.02.2017)

14º Corta Mato do Vale da Amoreira – 600,00€ (seiscentos euros).

Este apoio financeiro tem cabimento na rubrica 252/22 – ATLETISMOITA – 03/06.02.03.05.07”

Posta à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

A proposta seguinte, foi apresentada pelo Sr. Vereador João Romba.

3- FEIRA MENSAL – PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2017 (ISENÇÃO DA TAXA RELATIVA AO MÊS DE JANEIRO)

“De acordo com o n.º 2 do artigo 26.º do Regulamento do Comércio a Retalho Não Sedentário do Município da Moita, a feira mensal realiza-se no quarto domingo de cada mês, no espaço adjacente ao Pavilhão Municipal de Exposições, sito na vila de Moita.

O n.º 4 do supra citado artigo refere que as feiras encerram obrigatoriamente nos feriados de 1 de janeiro, 25 de abril, 1 de maio e 25 de dezembro.

No mês de dezembro de 2016, o quarto domingo coincidiu com o dia 25 de dezembro, motivo pelo qual não se realizou a feira mensal no referido mês.

De acordo com o n.º 3 do artigo 45.º do Regulamento do Comércio a Retalho Não Sedentário do Município da Moita, o pagamento das taxas devidas pela ocupação do espaço de venda é efetuado trimestralmente nas feiras mensais, até ao último dia útil antes da realização da respetiva feira.

Neste sentido, a totalidade das taxas respeitantes ao quarto trimestre do ano de 2016, ou seja, incluindo o mês de dezembro, foram liquidadas até ao mês de outubro.

Atendendo ao facto das atividades desenvolvidas pelos feirantes serem de extrema relevância para o comércio tradicional e local, funcionando como polos de importantes trocas comerciais e de criação do próprio emprego, às dificuldades económicas que os mesmos atravessam e tendo liquidado a taxa relativa ao mês de dezembro de 2016, conforme referido no parágrafo anterior, sem terem exercido a sua atividade.

Assim, proponho:

1 - Em consonância com o nº2 do Art.º 13º do Regulamento de Taxas do Município da Moita, a isenção da taxa devida pela ocupação do espaço de venda referente ao mês de janeiro de 2017;

2 - Que se mantenha o pagamento das taxas devidas pela ocupação do espaço de venda referentes ao primeiro trimestre, até ao último dia útil antes da realização da feira mensal de janeiro de 2017.”

Colocada à votação pelo Sr. Presidente, a proposta foi aprovada por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar foi pelo Sr. Presidente encerrada a reunião, sendo a respetiva ata aprovada em minuta. Eram vinte e três horas e vinte minutos. E eu, Alda Maria Fernandes Mouzinho, Coordenadora Técnica nesta Câmara Municipal, redigi a presente ata que assino com o Sr. Presidente da Câmara.

Todas as intervenções feitas aquando da apresentação das propostas, encontram-se devidamente gravadas em cassetes, ficando as mesmas a fazer parte integrante desta ata.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

A COORDENADORA TÉCNICA